

RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.350 - PE (2018/0301205-3)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : MARIA JURACY DA S FERREIRA GOMES
RECORRENTE : ALEXANDRE JOSE SILVA FERREIRA GOMES
RECORRENTE : NEY JOSE FERREIRA GOMES JUNIOR
RECORRENTE : ANDRE LUIZ SILVA FERREIRA GOMES
ADVOGADOS : JEFFERSON LEMOS CALAÇA - PE012873
THEOBALDO PIRES FERREIRA DE AZEVEDO - PE024172
JOSE CARLOS ALMEIDA JUNIOR - PE001037
JOSE LUIS WAGNER - PE047516
RECORRIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Maria Juracy da Silva Ferreira Gomes e outros, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 77):

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PEDIDO DE DESISTÊNCIA DA EXECUÇÃO EM FEITO INDIVIDUAL EM FACE DE PENDÊNCIA DE AÇÃO COLETIVA COM O MESMO OBJETO. HOMOLOGAÇÃO SEM MANIFESTAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA. PAGAMENTO EM DUPLICIDADE. POSSIBILIDADE. HABILITAÇÃO DE HERDEIROS. PRESCRIÇÃO. CONFIGURAÇÃO.

Embargos de declaração rejeitados.

Os recorrentes sustenta a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, ao argumento de omissão sobre pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, em especial acerca do entendimento do STJ, não observado pelo acórdão recorrido, de que inexistente na legislação de regência hipótese de prescrição intercorrente para o caso de óbito da parte exequente e habilitação dos herdeiros, sendo aplicável a suspensão.

Quanto à questão de fundo, sustenta ofensa aos arts. 313, I e 921, I, do CPC/2015.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 149/151.

É o relatório.

A irresignação preliminar merece prosperar.

Compulsando-se dos autos, verifica-se que os recorrentes pretendem a anulação do acórdão proferido pela Corte de origem em embargos de declaração, sob o argumento de negativa de prestação jurisdicional, remanescendo omissa o julgamento da controvérsia.

Extraí-se dos autos que os recorrentes argumentaram e requereram a manifestação expressa do órgão julgador a respeito do entendimento do STJ, não observado pelo acórdão combatido, de que inexistente na legislação de

Superior Tribunal de Justiça

regência hipótese de prescrição intercorrente para o caso de óbito da parte exequente e habilitação dos herdeiros, sendo aplicável a suspensão.

Com efeito, evidencia-se que a questão suscitada guarda correlação lógico-jurídica com a pretensão deduzida nos autos e se apresenta imprescindível à satisfação da tutela jurisdicional.

A falta de manifestação a respeito de questão necessária à resolução integral da demanda autoriza o acolhimento de ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, enseja a anulação do acórdão proferido em embargos de declaração e torna indispensável o rejugamento dos aclaratórios.

A propósito: AgInt no REsp 1.394.325/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/11/2016; AgRg no REsp 1.221.403/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 23/8/2016; AgRg no REsp 1.407.552/SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 3/3/2016.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, tornando nulo o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração, a fim de que a Corte de origem se manifeste sobre a matéria assentada nos aclaratórios, tudo nos termos da fundamentação supra.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator